

Consulta Pública sobre a Alteração ao Código do Procedimento Administrativo

**Período de consulta:
De 9 de Outubro a 9 de
Novembro de 2026**



Parte Geral

Destaques da consulta

I Modernização administrativa

- 1) Reforço da colaboração e da ligação entre a Administração Pública e os interessados
- 2) Promoção da utilização de meios electrónicos
- 3) Optimização do funcionamento da Administração Pública

2 Simplificação de procedimentos

3 Redução ou fixação expressa de prazos

Parte Geral

Principais aspectos abrangidos pela revisão da lei

Princípios gerais

Actividade administrativa

Sujeitos

Execução do acto administrativo

Procedimento administrativo

Impugnação administrativa

Parte Geral

Disposições das sessões de consulta

Sessões de consulta pública

Data	Hora	Local
17 de Outubro (sábado)	15:00	Auditório do Edifício Administração Pública, Cave 1
23 de Outubro (sexta-feira)	19:00	Auditório do Edifício Administração Pública, Cave 1

Forma de inscrição

Acesso à página temática de consulta:

https://www.dsaj.gov.mo/cpa/cpaIntro_pt.aspx

Ligar para a linha de inscrição:

2856 4225 (horário de expediente)



Leitura do código
para inscrição

- Para estar presente nas sessões de consulta pública é necessária a inscrição prévia. A ordem de intervenção de cada participante inscrito será determinada mediante sorteio.

Parte Geral

Locais de levantamento do documento

Local	Endereço
Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	Rua do Campo, n.º 162, Edifício Administração Pública, 1.º a 3.º andares, Macau
Centro de Informações dos Serviços Governamentais	Rua do Campo, n.º 162, Edifício Administração Pública, r/c, Macau
Centro de Serviços da RAEM	Avenida de Venceslau de Moraes, n.º 222, r/c, Macau
Centro de Serviços da RAEM das Ilhas	Rua de Coimbra, n.º 225, 3.º andar, Taipa

O documento de consulta já se encontra disponível no Portal do Governo da RAEM <https://www.gov.mo> e na página temática de consulta pública https://www.dsaj.gov.mo/cpa/cpalntro_pt.aspx.

Formas de apresentação de opiniões e sugestões

Página electrónica: https://www.dsaj.gov.mo/cpa/cpalntro_pt.aspx

Correio electrónico: info@dsaj.gov.mo

Tel.: 2856 4225

Fax: 2871 0445

Correio/Deslocação presencial: Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, Rua do Campo, n.º 162, Edifício Administração Pública, 19.º andar, Macau



Página temática de
consulta pública

*Obs.:

- (1) Por favor, indique na capa ou no início das opiniões e sugestões por escrito a menção "Opiniões e sugestões sobre a alteração ao Código do Procedimento Administrativo".
- (2) Os interessados que pretendam que as suas opiniões ou sugestões sejam tratadas de forma confidencial devem expressamente indicá-lo no momento da submissão. Se utilizarem o formulário em anexo ao documento de consulta para apresentarem opiniões, por favor, assinalem a opção correspondente a "Dados sujeitos a confidencialidade".

Modernização administrativa

I. Reforço da colaboração e da ligação entre a Administração Pública e os interessados

- ▶ **Optimização de princípios procedimentais:** clarificam-se os princípios da cooperação e da boa fé no procedimento, determinando-se que os órgãos da Administração Pública e os interessados devem cooperar entre si na direcção e na participação no procedimento, com vista a obter decisões legais e justas.
- ▶ **Optimização do regime de notificação:** clarifica-se o conceito de destinatários das notificações, alarga-se o dever de notificar por parte da Administração Pública, estabelece-se o regime a observar em caso de erro no conteúdo das notificações e aperfeiçoam-se as disposições relativas às diversas formas de notificação. De um modo geral, reforça-se a protecção dos particulares na recepção de notificações.
- ▶ **Especificação clara dos elementos necessários:** a fim de assegurar que os particulares possam receber as notificações, exige-se que estes indiquem, no requerimento inicial, a forma de recepção de notificações. A par disso, reduzem-se, tanto quanto possível, as situações de não admissão do requerimento por incumprimento de requisitos formais; se o requerimento não contiver a identificação do requerente, o mesmo só será rejeitado liminarmente se faltarem dados de identificação indispensáveis (por exemplo, o nome ou o meio de contacto).

Modernização administrativa

I. Reforço da colaboração e da ligação entre a Administração Pública e os interessados

- **Notificação, por iniciativa própria, para suprimimento de deficiências:** prevê-se que a Administração, na impossibilidade de obter por si própria as informações, documentos ou actos necessários à apreciação do pedido, notifique o interessado para suprir a falta, alertando-o expressamente para as consequências da falta de cumprimento da notificação.
- **Garantia do direito de audiência:** estabelece-se expressamente que, em regra, a audiência prévia tem lugar antes de ser tomada a decisão final, podendo os interessados requerer, nessa fase, diligências complementares e juntar documentos.
- **Clarificação dos efeitos do acto:** quando o acto administrativo produza efeitos jurídicos desfavoráveis para os interessados, a publicação do acto não substitui a notificação dos mesmos, aumentando-se, assim, a protecção dos interessados.
- **Clarificação do prazo de revogação:** fixa-se o prazo máximo para a Administração revogar o acto com fundamento na sua anulabilidade, reforçando a protecção dos interessados e assegurando a estabilidade da actuação da Administração.

Modernização administrativa

2. Promoção da utilização de meios electrónicos

- ▶ **Introdução de novos princípios:** aditam-se princípios aplicáveis à administração electrónica, estipulando-se que, em regra, é dada preferência à utilização de meios electrónicos, no sentido de reduzir os custos suportados pela Administração Pública e pelos particulares, elevar a eficiência procedimental e assegurar a transparência do procedimento.
- ▶ **Resposta a necessidades de funcionamento:** para responder às necessidades concretas de funcionamento dos serviços e entidades públicos, admite-se a realização de reuniões dos órgãos colegiais por videoconferência, bem como a participação e a tomada de deliberações nessas reuniões, sempre que as condições técnicas o permitam.
- ▶ **Aperfeiçoamento do regime de notificação:** em articulação com a Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica), passa a ser prevista a notificação por meios electrónicos.

Modernização administrativa

2. Promoção da utilização de meios electrónicos

- ▶ **Facilitação na apresentação de requerimentos:** regulam-se as situações de apresentação de requerimentos pelos particulares aos órgãos administrativos através da transmissão electrónica de dados, com vista a clarificar as respectivas garantias.
- ▶ **Emissão de certidões online:** quando os elementos que o particular tem direito de obter da Administração Pública constem de procedimentos informatizados, a Administração pode, após a devida autenticação, emitir as respectivas certidões, reproduções ou declarações por via electrónica.
- ▶ **Realização de audiência por videoconferência:** realiza-se a audiência oral por videoconferência, desde que tal se justifique e existam meios necessários para o efeito.

Modernização administrativa

3. Optimização do funcionamento da Administração Pública

- ▶ **Promoção da cooperação e coordenação:** são aditados o princípio da cooperação e o dever de coordenação entre órgãos da Administração Pública, estabelecendo expressamente que os órgãos devem actuar em estreita cooperação recíproca, a fim de garantir a coerência e eficiência da actuação da Administração Pública.
- ▶ **Garantia de imparcialidade:** estendem-se expressamente os regimes de impedimento, escusa e suspeição, actualmente aplicáveis apenas aos cônjuges, à pessoa que viva em condições análogas às dos cônjuges com o titular do órgão ou agente da Administração Pública ou que tenha uma relação de tutela com o mesmo, bem como à situação de actuação como gestor de negócios de outra pessoa.
- ▶ **Reforço da responsabilização:** os casos de inobservância dos prazos para a decisão dos procedimentos devem ser comunicados e justificados pelo responsável pela direcção do procedimento, ao dirigente máximo do serviço ou ao órgão colegial competente, para efeitos de apuramento da existência de eventual responsabilidade disciplinar.

Simplificação de procedimentos

- ▶ **Introdução de novos princípios:** estabelecem-se orientações para a forma dos actos procedimentais, estipulando-se que, em regra, os actos procedimentais têm a forma que, nos termos mais simples, melhor corresponda ao fim que visam atingir.
- ▶ **Simplificação das formas de notificação:** eliminam-se algumas formas de notificação já desadequadas à realidade actual, tais como telegrama e telex, tornando o regime de notificação mais claro e moderno.

Simplificação de procedimentos

- **Uniformização do regime de audiência:** introduz-se um regime de notificação aplicável tanto à audiência escrita como à audiência oral, estabelecendo de forma uniforme o conteúdo que deve constar da notificação da audiência prévia, de modo a clarificar as garantias dos interessados.
- **Regime da direcção do procedimento:** introduz-se o regime do responsável pela direcção do procedimento, promovendo a separação entre a decisão final e a direcção do procedimento. Esta medida simplifica o processo decisório no âmbito do procedimento e torna o funcionamento da Administração Pública mais eficaz e imparcial.

Redução ou fixação expressa de prazos

Reduzem-se os prazos já previstos no regime vigente e fixam-se prazos que ainda não se encontram expressamente estabelecidos, promovendo, assim, uma maior celeridade procedimental:

Prazo	Regime vigente	Proposta de alteração
Prazo geral supletivo para a prática de actos	15 dias	10 dias
Prazo supletivo das notificações dos actos administrativos	8 dias	5 dias
Prazo para a emissão de certidões e outros documentos quando os elementos constem de procedimentos informatizados	10 dias úteis	5 dias úteis
Prazo geral para a emissão de pareceres	30 dias	15 dias
Prazo para a remessa do relatório, por parte do responsável pela direcção do procedimento	Não expressamente previsto	3 dias